

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	ANÁLISE ECONÔMICA DO SISTEMA DE JUSTIÇA								
DOCENTE	BRUNO BODART								
CÓDIGO	GRDDIRATCE6301	SEMESTRE	2022.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Diversas questões relevantes envolvendo o sistema de justiça demandam a atenção dos operadores do Direito de todos os ramos de atuação, nada obstante sejam usualmente negligenciadas no ensino jurídico tradicional. Seriam exemplos: o enorme volume de processos pendentes de julgamento perante o Judiciário, a lentidão dos processos, a questionável qualidade da prestação jurisdicional, o reduzido índice de acordos, a profusão de ações judiciais infundadas, a dificuldade de descoberta da verdade, a baixa efetividade da execução civil, o alto número de recursos etc. A presente disciplina oferece um enfoque exclusivamente consequencialista e pragmático sobre essas questões, a partir do ferramental da análise econômica do Direito.								
OBJETIVOS	Apresentar ao aluno os principais institutos da literatura de análise econômica do processo civil, estimulando o raciocínio analítico, consequencialista e empirista para a abordagem de questões relativas à litigância e à realização de acordos.								
METODOLOGIA	As aulas consistirão na discussão de textos teóricos e empíricos, bem assim no exame de casos concretos que ilustrem os temas analisados.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	A jurisdição estatal e os métodos alternativos de resolução de controvérsias como mecanismos de controle da conduta humana. Institutos de justiça consensual cíveis e criminais sob a ótica social.								
2	Incentivos privados para o acesso à justiça e a sua função social. O sistema de justiça e a tragédia dos comuns. O papel da gratuidade de justiça e das custas judiciais. O mercado de advocacia e o nível eficiente de provisão de serviços jurídicos.								
3	A decisão privada entre litigar ou fazer acordos. Danos de pequena monta. Preços de reserva e zona de acordos. A divergência fundamental entre o interesse público e o privado na utilização do sistema de justiça. Políticas públicas de promoção do uso racional da justiça.								
4	Acordos ineficientes e acordos eficientes frustrados. Regras americana, inglesa e brasileira de sucumbência. Políticas públicas para a solução de ineficiências na negociação de acordos. Vieses comportamentais. O advogado e o problema de agente-principal. Acordos entre múltiplos interessados. Duração do processo e desconto temporal. Sessões obrigatórias de autocomposição.								
5	Demandas de valor esperado negativo (<i>NEV suits</i>) e demandas frívolas (<i>frivolous suits</i>). Modelos econômicos do disfarce e do aborrecimento. Defesas de valor esperado negativo. Vieses comportamentais. Políticas públicas de desestímulo às demandas frívolas. Filtros processuais. Indeferimento da inicial e improcedência liminar como sistema bifásico de filtragem. O panorama nos EUA: <i>motion to dismiss</i> e <i>summary judgment</i> .								
6	Provas e a precisão do sistema de justiça. A verdade e o objetivo da jurisdição. Os custos sociais dos erros judiciários. Economia da informação. Os incentivos para a produção e transmissão de informações no processo. Ônus de produção e ônus de persuasão. Sistemas do livre convencimento, da preponderância da prova e da prova além da dúvida razoável.								

7	Coisa julgada. Fundamentos tradicionais e a literatura revisionista. Funções sociais da coisa julgada. Modelo da litigância múltipla. Teoria dos jogos e os incentivos privados para a litigância sucessiva. Conflito de coisas julgadas. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.
8	Execução civil. Medidas executivas típicas e atípicas. <i>Credible threat</i> . Eficiência dos meios de expropriação dos bens do devedor. Análise econômica do sistema recursal. Recorribilidade e reversibilidade. Análise econômica do sistema de precedentes: <i>civil law v. common law</i> .
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A avaliação da disciplina consistirá em participação (2 pontos), trabalho (4 pontos) e prova (4 pontos).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BODART, Bruno; FUX, Luiz. Processo Civil e Análise Econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2020. WOLKART, Erik Navarro. Análise Econômica do Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. GICO JR., Ivo Teixeira. Análise Econômica do Processo Civil. São Paulo: Foco, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	SHAVELL, Steven. Foundations of Economic Analysis of Law. Cambridge: Harvard University Press, 2004. POSNER, Richard. A. Análise Econômica do Direito. Trad. Antonio José Maristrello Porto. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. POLINSKY, A. Mitchell. An introduction to law and economics. Aspen Publishers, 2011. PORTO, Antonio José Maristrello; GAROUPA, Nuno. Curso de Análise Econômica do Direito. São Paulo: Atlas, 2020. BODART, Bruno. “The Social Value of the Doctrine of Res Judicata: An Economic Analysis”. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3271743